

INFÂNCIA INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE COMEMORATIVA

Adriana Dall Asta Pereira¹

Etiele Velasques²

Carla de Mello Chaves Pereira³

Marcelo da Rocha Garcez⁴

Dirce Stein Backes⁵

INTRODUÇÃO

A infância indígena constitui uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, marcada por práticas culturais próprias e modos de socialização singulares. No entanto, historicamente, essa vivência tem sido invisibilizada por políticas e ações que desconsideram a diversidade étnica e cultural dos povos originários. Nesse contexto, torna-se necessário promover ações que valorizem a infância indígena em sua integralidade, reconhecendo seus saberes, expressões e direitos (Zoia, 2009).

A valorização da infância indígena implica reconhecer os processos educativos que ocorrem nos territórios tradicionais como legítimos e

¹ Universidade Franciscana - UFN, Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Docente do Programa de Pós-graduação Saúde Materno Infantil. E-mail: adrianadallasta@ufn.edu.br

² Universidade Franciscana - UFN, Enfermeira, Mestranda em Saúde Materno Infantil. E-mail: etielevelasquez@ufn.edu.br

³ Universidade Franciscana - UFN, Enfermeira, Mestranda em Saúde Materno Infantil. E-mail: carla.chaves@ufn.edu.br

⁴ Universidade Franciscana - UFN, Psicólogo, Mestrando em Saúde Materno Infantil. E-mail: garcezpsicologo@gmail.com

⁵ Universidade Franciscana - UFN, Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Coordenadora do Programa de Pós-graduação Saúde Materno Infantil. E-mail: backesdirce@ufn.edu.br

essenciais para a formação das crianças, articulando dimensões afetivas, espirituais, comunitárias e ambientais. As práticas lúdicas e culturais, nesse sentido, não apenas promovem o bem-estar e o desenvolvimento integral, como também funcionam como mecanismos de transmissão de saberes ancestrais e de fortalecimento da identidade étnica.

Dessa forma, destaca-se a importância de práticas que valorizem a diversidade étnica e cultural do país, especialmente no que se refere aos povos indígenas, historicamente marginalizados e invisibilizados. A promoção de atividades que respeitem e dialoguem com os saberes tradicionais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Trabalhar com crianças indígenas requer sensibilidade, escuta ativa e respeito à cultura local, sobretudo em datas comemorativas que, como o Dia das Crianças, assumem significados diversos para diferentes grupos sociais.

Este estudo tem como objetivo relatar uma experiência de valorização da infância indígena por meio de vivências lúdicas e culturais, mediadas por práticas dialógicas e interculturais. A proposta fundamenta-se na perspectiva de uma educação que reconhece e respeita a diversidade, promovendo o encontro entre saberes tradicionais para o fortalecimento da identidade e da cidadania indígena desde a infância.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, descritiva e participativa, com base na metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011). A proposta relatada neste trabalho foi realizada em outubro de 2024 e envolveu a organização de uma celebração do Dia das Crianças em uma comunidade da etnia Kaingang, situada em uma cidade da região sul do Brasil. A ação extensionista foi desenvolvida por uma universidade, por meio de um grupo interdisciplinar de mestrandos e docentes do Programa de Pós - graduação em Saúde Materno Infantil.

DESENVOLVIMENTO

A ideia de celebrar o Dia das Crianças em uma comunidade indígena Kaingang veio dos próprios integrantes da aldeia, que manifestaram o desejo de proporcionar momentos de lazer, brincadeiras e valorizar sua expressão cultural infantil. A colaboração das lideranças locais foi crucial. Por meio de um diálogo respeitoso, construímos uma proposta culturalmente sensível, que integrou os rituais, símbolos e as formas únicas de expressão do povo Kaingang.

Durante o planejamento das ações, buscou-se articular os saberes acadêmicos aos conhecimentos tradicionais da comunidade, em consonância com a perspectiva da ecologia de saberes, que é uma abordagem que valoriza o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Ela defende que nenhum saber é completo por si só, enfatiza a interdependência entre os conhecimentos científicos e populares e visa promover uma perspectiva plural e inclusiva, reconhecendo a importância de saberes vindos de diversas realidades e contextos, Santos (2006).

As atividades desenvolvidas incluíram rodas de contação de histórias tradicionais Kaingang, conduzidas por anciões da aldeia. A partir dessas histórias foi possível perceber que o brincar indígena não se organiza a partir de uma lógica escolarizada ou industrializada. Ao contrário, ele emerge de forma espontânea, incorporando elementos do ambiente, da memória coletiva e da observação dos mais velhos. Para os pequenos indígenas, rios e matas não são apenas paisagens, são espaços vivos de aprendizagem, convivência com animais e encantamento.

As crianças indígenas constroem seus saberes em estreita relação com a natureza, que constitui seu principal território de vivência e brincadeira. Zoia (2009) destaca que as infâncias originárias se desenvolvem por meio de processos de autopoiese, ou seja, de auto-organização da vida em interação constante com os elementos naturais. Para os povos indígenas, o brincar está intrinsecamente ligado ao ambiente florestal, sendo inseparável das experiências cotidianas. Tiriba, Melo e Trajber (2004) ressaltam que as crianças são, simultaneamente, seres

da natureza e da cultura, o que exige o reconhecimento da biodiversidade como expressão do respeito à vida em todas as suas formas no ar, solo, subsolo e mar. Complementarmente, Portilho e Tosatto (2014) reforçam o papel da criança como sujeito social, criadora de culturas próprias a partir das interações com seus pares e com o meio. Tais práticas contribuem para o fortalecimento da identidade cultural e da oralidade ancestral, elementos centrais na formação das crianças indígenas.

A experiência reafirmou o potencial da extensão universitária como espaço de formação integral, tanto para os estudantes envolvidos quanto para os sujeitos da comunidade. As crianças indígenas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, detentoras de saberes próprios e expressões culturais singulares, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Nesse processo, a infância foi valorizada como etapa da vida que deve ser vivida com dignidade, cuidado e respeito.

As atividades propostas foram cuidadosamente planejadas, com atenção especial à linguagem utilizada e aos símbolos incorporados, de modo a evitar a imposição de práticas urbanas e comercializadas, como personagens da mídia. As ações priorizaram o protagonismo infantil, a escuta sensível e o fortalecimento do vínculo comunitário. Houve a entrega de brinquedos e lanches que ocorreu de forma coletiva, mediada por representantes da própria comunidade, reforçando o valor da partilha e evitando conotações assistencialistas.

Essa ação demonstrou que iniciativas como essa, quando construídas com base no respeito intercultural e na valorização dos saberes tradicionais, podem se constituir como estratégias potentes de formação crítica e emancipadora, contribuindo para o fortalecimento da infância indígena e para a construção de uma universidade socialmente referenciada.

Outro aspecto relevante foi a participação dos mestrandos em atividades de interação direta com as crianças, como rodas de brincadeiras, desenhos coletivos, músicas e jogos. Essa aproximação propiciou vivências afetivas significativas, favorecendo um aprendizado prático sobre empatia, diversidade e alteridade.

Além disso, a ação contribuiu para a desconstrução de estigmas e estereótipos em relação aos povos indígenas, uma vez que os alunos puderam compreender as singularidades do modo de vida Kaingang e refletir criticamente sobre os desafios enfrentados por essas comunidades no Brasil contemporâneo.

CONCLUSÃO

A realização da ação no contexto do Dia das Crianças com a comunidade Kaingang demonstrou o potencial das práticas interdisciplinares e dialógicas para a construção de uma universidade socialmente referenciada, comprometida com a justiça social, o respeito à diversidade e a valorização dos saberes tradicionais.

Por fim, destaca-se que experiências como esta não apenas contribuem para a formação crítica e ética dos futuros profissionais, mas também fortalecem a presença da universidade em territórios historicamente excluídos, promovendo o reconhecimento dos povos originários como protagonistas na construção de uma sociedade plural e democrática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PORTILHO, E. M. L.; TOSATTO, C. C. A criança e o brincar como experiência de cultura. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 737-758, set./dez. 2014.

TIRIBA, L.; MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Orgs.). **Seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil**. 2004. Disponível em: http://www.aliancapelainfancia.org.br/artigos.php?id_artigo=37. Acesso em: 30 jul. 2025.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZOIA, A. A Comunidade Indígena Terena do Norte de Mato Grosso: Infância, Identidade e Educação. 2009. 244 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.